

EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRIMEIRAS INICIATIVAS DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

ANA PAULA LIMA BARBOSA CARDOSO

FACED/UFC/Bolsista DS/CAPEL. E-mail: cardoso.paula@uol.com.br

JOSÉ AIRTON DE FREITAS PONTES JÚNIOR

FACED/UFC/Bolsista CAPES/Propag. E-mail: joseairton.junior@yahoo.com.br

WIRLA RISANY LIMA CARVALHO

FACED/UFC/Bolsista DS/CAPEL. E-mail: wirlar@gmail.com

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever e analisar a trajetória de constituição da Educação Especial no Brasil considerando as primeiras iniciativas de atendimento e a formulação de políticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência. A tônica é dada por elementos históricos que buscam situar a Educação Especial no contexto de organização do Estado brasileiro e de suas políticas educacionais. O período analisado compreende os últimos anos do séc. XVIII à década de 1990, quando o discurso da educação inclusiva de pessoas com deficiência ganhou força no Brasil.

Esta análise é excerto dos estudos de mestrado¹, assumindo como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica de fontes de destaque (JANNUZZI, 2006; MAZZOTTA, 2005; BUENO, 2008) nas áreas da Educação Especial e educação brasileira (FREITAG, 2005).

A pessoa com deficiência e suas necessidades são percebidas, do ponto de vista histórico, muito recentemente. A deficiência, na Idade Antiga, foi considerada como processo de seleção natural, haja vista a maioria não sobreviver às condições daquele contexto. A destinação era, então, o abandono explícito. O poderio da Igreja Católica

¹ CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. *Política de educação inclusiva em tempos de IDEB: a escolarização de alunos com deficiência na rede de ensino de Sobral-CE*. Fortaleza-CE, 2011. 267p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2011.

na Idade Média disseminou a ideia de que as pessoas com deficiência eram “filhos de Deus” e, por isso, merecedoras de proteção em instituições segregadas. Esta ambiência originou o tratamento assistencialista e caritativo que ainda persiste, em alguma medida, nos dias atuais. Na Idade Moderna, a ciência (especificamente a Medicina) passou a se ocupar deste grupo, na medida em que o conceito das diferenças individuais foi cunhado sob os auspícios do surgimento do capitalismo como modo de produção (MAGALHÃES, 2003).

Surgiram na Europa os primeiros movimentos de atendimento educacional aos deficientes, expandindo-se para os Estados Unidos e Canadá, inicialmente e, depois, para outros países, inclusive o Brasil. Remontam ao fim do século XVIII e início do XIX, as ações iniciais de atendimento às pessoas com deficiência no Brasil. Emergem das ideias de um “liberalismo de elite” (JANNUZZI, 2006) em voga na época, cuja preocupação se voltava à satisfação dos interesses desta parcela da população.

O cenário educacional do final do século XIX evidenciou o descaso do Estado no que concerne à educação popular. A educação das crianças com deficiência no país originou-se por meio de “iniciativas oficiais e particulares isoladas” (MAZZOTTA, 2005), e apenas foi considerado um assunto de política educacional no final dos anos 1950 e início da década de 60 do século XX. Este atendimento teve origem oficialmente em 1854, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos² (RJ) e do Instituto dos Surdos-Mudos, (RJ), em 1857.

Apesar de precários, os institutos foram considerados por Jannuzzi (2006) espaços para discussões³ sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência daquele contexto.

² Para saber mais sobre o funcionamento do IBC e do INSM ver Mazzotta (2005) e Jannuzzi (2006).

³ Ocorre em 1883 o 1º Congresso de Instrução Pública, oportunidade em que se discutiu, dentre outros temas, questões referentes à educação de pessoas com deficiência (JANNUZZI, 2006).

A despeito dessas iniciativas, a educação desse grupo específico não havia sido notada pelo Poder central como aspecto a ser equacionada. Fora relegada a segundo plano, assim como a educação primária – ambas postas como encargos dos governos provinciais em virtude da descentralização afirmada pelo Ato Adicional à Constituição do Império, em 1834. Os níveis de ensino privilegiados pelo Poder estatal foram o superior – que atendia aos interesses das classes dominantes – e o secundário – particular, propedêutico e preparatório ao superior.

Freitag (2005), analisando o período, demarca uma economia baseada no modelo agroexportador e um quadro social composto de representantes locais do poder da Metrópole e pela Igreja. A importância da Igreja Católica no setor educacional e na sociedade civil, mesmo após a expulsão dos jesuítas do Brasil é destacada. Uma política educacional estatal é “quase inexistente” (FREITAG, 2005, p. 81). Apenas no final do Império e início da República “se delineiam os primeiros traços embrionários de uma política educacional estatal”, em razão do próprio fortalecimento do Estado. “Até então a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, por uma instituição todo-poderosa, a Igreja”. (FREITAG, 2005, p. 85). Com efeito, a escola não se apresentava como instituição importante; e a educação, um processo “dispensável”.

Em uma sociedade em decurso de urbanização, e ainda pouco preocupada com a educação popular, a escola existente dificilmente figurara como “*crivo*, como elemento de patenteação de deficiências (...) Certamente só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em algumas instituições” (JANNUZZI, 2006, p. 16). Isto significou o não atendimento aos alunos com deficiência (inclusive em virtude da dificuldade de identificá-los) ou, em alguns casos, a institucionalização em locais segregados. Jannuzzi (2006) e Mazzotta (2005) historiaram as instituições⁴ brasilei-

⁴Jannuzzi (2006, p. 16 a 18) e Mazzotta (2005, pag. 31/32) identificam as instituições pioneiras no atendimento das pessoas com deficiência no Brasil.

ras que inauguraram o atendimento educacional ou educacional-clínico às crianças com deficiência visual, auditiva e mental.

Inaugurada a República, cegos e surdos – com suas instituições originadas ainda no século XIX – continuaram privilegiados. A que atendia aos cegos ampliou sua capacidade de atendimento em cinco vezes, passando a formar 150 alunos, por meio de conteúdos literários e, outros, voltados ao trabalho. Também assim procedeu o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (INSM)⁵, proporcionando ensino profissionalizante ao lado do “literário”, conforme preceituava a Reforma Benjamin Constant de 1890. (JANNUZZI, 2006).

Mundialmente, o atendimento educacional às pessoas com deficiência em geral se originou tendo como base os conhecimentos da Medicina. Trabalhos como os do médico francês Itard, que ainda no século XVIII se propôs a tarefa de educar Victor – um menino selvagem encontrado nos bosques de Aveyron – questionaram a imputação do fracasso educacional ao aluno, atribuindo-o à insuficiência dos meios educativos. Séguin (discípulo e continuador de Itard), Decroly e Montessori, já no século XX, também utilizaram seus conhecimentos médicos a fim de ofertar propostas educacionais às pessoas com deficiência.

No Brasil, essa tendência se repetiu. Em função de o curso superior em Medicina ser um dos primeiros a se organizar no país, esta área de conhecimento ocupou-se pioneiramente do atendimento educacional às pessoas com deficiência. Alguns médicos – pioneiros nesse atendimento – perceberam a importância da Pedagogia, e fundaram instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos para atender àqueles que antes eram segregados junto a adultos loucos. É o caso do Pavilhão Bourneville (RJ), do pavilhão anexo ao Hospital Juquery (SP), dentre outros. (JANNUZZI, 2006).

Também a Psicologia influenciou a educação das pessoas com deficiência. Utilizando os testes de inteligência formulados por

⁵ No Império denominado Instituto dos Surdos-Mudos.

Binet e Simon⁶, variadas iniciativas de seleção dos “anormais” foram empreendidas no Brasil no início da primeira década do século XX. O pano de fundo era (e ainda não seria?) a preocupação com a ordem, com ações que fizessem esses alunos capazes de produzir de acordo com o que socialmente é expresso como *produtivo*, isto é, para produzir mercadorias e lucro (JANNUZZI, 2006).

No final da década de 1940, dos grupos de deficientes, “o maior incremento de atendimento deu-se na área de deficiência mental” (JANNUZZI, 2006, p. 86), provavelmente em virtude da expansão do ensino fundamental, da constituição de classes homogêneas formadas com fundamento no enfoque psicológico, e em virtude da atuação de instituições como a Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

E com tudo isso cresce a atuação do setor privado nesse atendimento, tanto o de caráter filantrópico quanto o pago (...), este atingindo a camada de renda mais favorecida e aquele procurado pelos desfavorecidos financeiramente, diferenciando, provavelmente, a eficiência dos resultados (JANNUZZI, 2006, p. 87).

Situa-se nessa década a criação da primeira instituição destinada ao atendimento das pessoas com deficiência no Estado do Ceará. Trata-se da Sociedade de Assistência aos Cegos, criada em 1942, para combater, tratar e prevenir os problemas oftalmológicos provocados pelo tracoma⁷. No ano seguinte, foi fundado o Instituto de Educação de Cegos a fim de proporcionar a educabilidade das pessoas cegas do Estado. (MAGALHÃES, 2003).

Em 1956, foi criado o Instituto Pestalozzi do Ceará – entidade filantrópica de caráter segregado que se ocupou da educação

⁶ Alfred Binet (1857-1911), pedagogo e psicólogo francês, desenvolveu em parceria com Theodore Simon (1871-1961), uma escala métrica para medir o desenvolvimento da inteligência de acordo com a idade mental. Este instrumento foi o ponto de partida para outros testes, inclusive o de QI.

⁷ Doença endêmica que se espalhou pelo Estado do Ceará na década de 1940.

dos deficientes mentais. No ano de 1962, o Poder Público fundou o Instituto Cearense de Educação de Surdos como reflexo da Campanha Nacional para a Educação do Surdo Brasileiro (1957). Um grupo de indivíduos preocupados em proporcionar atendimento educacional aos deficientes mentais fundou, em 1965, em Fortaleza, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Os responsáveis pelas várias instituições criadas por todo o país, além dos próprios deficientes fizeram pressão, e o Estado impulsionou nacionalmente o atendimento às pessoas com deficiência por meio das *Campanhas*. A primeira, em 1957, foi a *Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro*; em 1958, a *Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão*, vinculada ao Instituto Benjamin Constant; e em 1960, por influência de membros da Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), deu-se a *Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais*.

O objetivo dessas campanhas era a promoção de medidas necessárias à educação e assistência dos grupos aos quais se dirigiam, em todo o Território Nacional. Jannuzzi (2006, p. 90), sobre essas iniciativas, assinala:

[...] era uma forma conveniente de o governo baratear sua atuação, uma vez que aceitava voluntariado, verba vinda de donativos nacionais e estrangeiros ou de serviços prestados pela própria campanha, o que poderia amortecer os gastos públicos com o setor, sem que se pudesse afirmar completa ausência de seu envolvimento.

Se há críticas às Campanhas em virtude de sua ação contingente em relação a determinados grupos e por terem sido de curta duração⁸, deve-se também reconhecê-las como as primeiras iniciativas não localizadas, mas de âmbito nacional e, ainda, um precedente à criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

⁸ As Campanhas foram extintas pelo Governo federal em 1963.

O Estado, nesse período, assumiu características populista-desenvolvimentistas em razão das alianças realizadas entre o empresariado nacional e setores populares que aspiravam à participação econômica e política. A contradição foi uma marca dessa época, expressa, inclusive, na política educacional do período. A luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é um importante marco dessa conjuntura. Após fortes embates entre as propostas apresentadas pelos projetos de lei Mariani e Lacerda, foi aprovada em 1961 a Lei 4.024/61. No que concerne à pessoa com deficiência, a primeira LDB reafirmou o direito dos “excepcionais” à educação. Mazzotta (2005), sobre o tema, comenta:

[...] sua educação [dos deficientes] deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação (...), utilizando os mesmos serviços educacionais utilizados para a população em geral (situação comum de ensino), podendo se realizar através de serviços educacionais especiais (situação especial de ensino) quando aquela situação não for possível. (MAZZOTTA, 2005, p. 68).

A primeira LDB teve curta vigência em razão das circunstâncias políticas⁹ terem demandado uma nova Constituição e diferentes medidas para o campo educacional. Tratou-se de um novo período ditatorial que ordenou o fechamento da ordem política vigente, com forte acento na centralização da gestão pública¹⁰. Na economia, avançaram os processos de urbanização e industrialização, oportunidade em que o país começou a viver a fase do “milagre econômico”. (FREITAG, 2005).

No campo educacional, foram encaminhadas importantes reformas, tais como a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) e a Refor-

⁹ O agravamento das circunstâncias políticas ocasionado pelo Golpe Militar de 1964 levou à elaboração de nova Constituição, a de 1967.

¹⁰ “Durante os governos militares há uma expressiva subordinação das unidades federadas às decisões tomadas pelo poder central, com aumento da ingerência dos ministérios na esfera dos Estados e adoção de uma sistemática de planejamento estranha à cultura de governo até então existente em nível local” (VIEIRA, 2008, p. 27).

ma da Educação Básica, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71). O artigo 9º desta lei assegurou “tratamento especial” aos alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, aos que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, bem como aos superdotados. Esta determinação contrariou o preceituado no artigo 88 da 4.024/61, no tocante ao atendimento escolar dos alunos com deficiência, dar-se, tanto quanto possível, dentro do sistema geral de educação.

A Carta de 1967 – constituída num ambiente de supressão das liberdades políticas – dentre outras providências, estabeleceu a noção de educação como “dever do Estado” (art. 176), além de “direito de todos” (expressão já contida na Constituição de 1946, art. 166). Este texto Constitucional e os dispositivos sobre educação nela incluídos permaneceram vigentes por cerca de 20 anos, quando, sob a égide da redemocratização, o país iria conviver com o retorno de expectativas de abertura materializada por meio da Constituição de 1988.

A educação, nesse período, foi-se desenvolvendo com base na pressão popular e dos defensores da escola pública, e sob a influência do movimento escolanovista. A escolarização da pessoa com deficiência, por sua vez, foi implementada com as deficiências em si mesmas, do que diferia do normal, do que “faltava” (JANNUZZI, 2006), sob influência, principalmente, dos modelos clínico-médico e psicológico na educação.

A educação, para esses alunos, desenvolveu-se tradicionalmente em locais segregados, em separado dos demais alunos da educação regular. As classes especiais, instituições especializadas, oficinas, etc. foram o *lugar* desse atendimento. Sobre esse aspecto, Jannuzzi (2006, p. 136) argumenta:

Estas [formas de atendimento] patenteavam, consagravam as ‘diferenças’, porém, ao mesmo tempo muitas delas conseguiram desenvolver nos ditos excepcionais habilidades que nem sempre a escola regular dava conta.

Referindo-se à oferta de educação pública, Ferreira e Guimarães (2003) ressaltam que a instituição da obrigatoriedade da escolarização básica foi um fator que conferiu considerável aumento de alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem e outras necessidades especiais nas salas de aula regulares. *Pari passu*, continuaram em franco processo de expansão os serviços educacionais ofertados em instituições especializadas e centros de reabilitação de caráter privado. Este modelo de atendimento educacional institucionalizado e segregado, proposto com vias ao atendimento das necessidades específicas dos alunos com deficiência, originou conhecimentos e formas singulares de mediação pedagógica. Contribuiu, entretanto, para que a escola pública se isentasse da oferta educacional destinada a esses alunos por meio de políticas educacionais sólidas de acesso e permanência com qualidade deste alunado na escola regular.

A década de 1970 foi um dos marcos na educação do deficiente, anota Jannuzzi (2006). Esse destaque ocorreu em função das políticas destinadas a este alunado específico, formuladas mais detidamente nessa década.

A LDB nº 5.692/71 (art. 9º) explicitou a clientela a ser atendida pela Educação Especial, assegurando “tratamento especial” aos alunos com deficiência. Sobre esse dispositivo, o Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer nº 848, de 1972, esclareceu que “o tratamento especial de forma nenhuma dispensa o tratamento regular em tudo o que deixe de referir-se à excepcionalidade”. (MAZZOTTA, 2005, p. 69). O teor desse parecer, segundo o mesmo autor, pressupõe que a educação de alunos com deficiência foi considerada parte integrante de uma política educacional nacional então formulada naquele contexto específico.

A criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) é apontada por Jannuzzi (2006), Mazzotta (2005) e Bueno (2008) como fato que merece assento na história da política da

Educação Especial brasileira em razão de ser o órgão pioneiro em definir metas governamentais para a área.

A criação do CENESP disparou ações na Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE). Em 1972 foi, portanto, constituído um Grupo-Tarefa com o objetivo de prestar assistência técnica e pedagógica às instituições que se ocupavam com a Educação Especial no Estado. “Este foi o passo inicial para a oficialização da Educação Especial no Ceará dentro do sistema Estadual de Educação, embora apenas em 1976 tenha sido oficializada a Coordenação de Educação Especial na SEDUC”. (MAGALHÃES, 2003, p. 76).

Uma série de oscilações comumente observadas em nossa Administração Pública – alerta Jannuzzi (2006) – foram identificadas no órgão responsável pelas políticas de Educação Especial ao longo da história. Essa trajetória, bem analisada por Jannuzzi (2006), revela que este sempre se manteve ligado ao MEC.

A Constituição brasileira de 1988, dentre outras providências, dispôs sobre a pessoa com deficiência e sua educação, cargos, atendimento especializado, locomoção, trabalho, proteção e integração em vários artigos. Mazzotta (2005, p. 78) analisa os dispositivos constitucionais que versam sobre a pessoa com deficiência, considerando que podem apresentar uma ‘visão estática’ ou ‘dinâmica’ entre a pessoa com deficiência e a educação escolar (especial ou comum). O texto de 1988 continuou priorizando o atendimento do aluno com deficiência no ensino regular, e dando continuidade ao comprometimento com as instituições particulares; e avançou, na medida em que garantiu o salário mínimo às pessoas com deficiência e idosos que não possuíssem meios para a própria manutenção (art. 203, inciso V).

A década de 1990 oportunizou, desta feita, as condições de desenvolvimento da perspectiva inclusiva de atendimento às pessoas com deficiência no País. Sobre essa forma de organização da educação brasileira, Lima e Mendes (2008) afirmam que este paradigma, e a formulações de políticas públicas sobre ele assentado, estão atre-

lados ao ideário neoliberal, e em conformidade com as ideias disseminadas em eventos promovidos por organismos internacionais.

Os debates e ações propostas produziram documentos que discutem aspectos centrais da Educação Especial tais como a Declaração de Direitos Humanos (1948), Declaração Mundial de Educação para Todos (1990, Jomtien, Tailândia) e Declaração de Salamanca (1994). Assim, os fundamentos da perspectiva educacional inclusiva ganharam corpo no Brasil. Se estas foram inspirações estrangeiras, o contexto brasileiro vivia, à época, momentos ricos de articulação e mobilização populares, em virtude da redemocratização do país.

Nesse sentido, grupos organizados postularam o direito de acesso amplo e de qualidade àqueles que tradicionalmente foram severamente alijados dos processos de escolarização, as pessoas com deficiência.

Evocando direitos individuais e coletivos, porque comundo grupos, os deficientes organizaram-se e exerceram pressão social a fim de que suas necessidades educacionais tomassem visibilidade no contexto nacional.

Considerações Finais

A investida de descrever a trajetória da Educação Especial no Brasil, revisitando desde as primeiras iniciativas de atendimento à formulação de políticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência, possibilita algumas conclusões.

O início do atendimento educacional se caracterizou por iniciativas oficiais e particulares isoladas, com forte influência dos modelos europeu (internatos e escolas especiais) e estadunidense (classes especiais em escolas comuns). Somente no final da década de 1950 é que foram protagonizadas iniciativas oficiais de âmbito nacional, expressas por meio das campanhas específicas destinadas ao atendimento das pessoas com deficiência visual, auditiva e mental.

Os primeiros passos desenvolvidos pela Educação Especial são marcados, também, pela ação da iniciativa privada em detrimento do atendimento educacional integrado nas escolas públicas (MAZZOTTA, 2005) e pelo enfoque clínico e terapêutico. Até a década de 1990, essa foi a tônica dada pelas ações dos órgãos oficiais ao alunado com deficiência.

Se as políticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência se iniciam de forma incipiente mediante as Campanhas Nacionais, gradativamente, amplia-se seu alcance, com vistas a tornar-se ação daqueles governos dirigida aos alunos necessitados dos serviços da Educação Especial. Isso, de *per se*, caracterizaria uma política nacional de Educação Especial brasileira? A existência de órgão ou órgãos incumbidos de prescrever políticas para a área importam a elaboração de uma política nacional?

Uma política nacional não se define necessariamente por um documento oficial específico, embora ele seja também necessário. Mais importante que um documento técnico particularizado é a concordância entre os princípios gerais definidos nos textos legais e técnicos oficiais, e os planos e propostas para a implementação de tais princípios. *“Assim, é no contexto da educação geral que devem estar presentes os princípios e as propostas que definem a política de educação especial (grifou o autor)”* (MAZZOTTA, 2005, p. 201).

Bueno (2008) compartilha dessa ideia, na medida em que garante ser necessário que a Educação Especial se insira no movimento de democratização do ensino por meio da luta pela melhoria da qualidade da escola pública, e não apenas mediante o avanço dos serviços específicos da área.

As questões de política de Educação Especial são de política educacional, antes de tudo. Esse entendimento não nega as especificidades necessárias ao atendimento desse alunado, mas localiza essa ação no bojo das questões educacionais gerais, robustecendo o trabalho de educar com qualidade a todas as crianças, inclusive àquelas com deficiência.

Referências Bibliográficas

BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça L.; SANTOS, Roseli Albino dos. *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. *Educação inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Centauro, 2005.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LIMA, Solange Rodovalho; MENDES, Enicéia Gonçalves. A educação especial nas políticas brasileiras a partir de 1970. *Anais do III Congresso de Educação Especial*, Universidade de São Carlos, São Carlos, SP, 2008, ISSN 1984-2279.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. *Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005.